

Energia Alerta

A energia do Brasil está em nossas mãos

www.urbanitariosdf.org.br

O Jornal do Sindicato



Sindicato dos Urbanitários no Distrito Federal - Janeiro de 2016 - Ano 5 - Edição Especial

Filiado à CUT e FNU

State Grid concessão Trabalho de Setor direitosRenovação Salariais Furnas Superior Manutenção Distribuidoras
Urbanitários dos ACT IPCA Nacional energia
Campanhas da Furcen Confederação PARTICIPAÇÃO categoria
Eletrobras CEB elétrico PLR ONS Tribunal Ameaças privatização
terceirização Eletronorte Fortalecimento

RETROSPECTIVA

2015

O setor elétrico esteve diante de cenários desfavoráveis ao longo de 2015. Tanto no aspecto econômico, quanto político. E se não houve avanços com ganho real, nenhum passo atrás foi dado com retirada de direitos. Isso graças à mobilização da categoria.

Em 2016 não será diferente. O setor elétrico continuará sob ataques e ameaças de privatização, terceirização e retirada de direitos. A única saída é manter a mobilização. Sem vontade de vencer e de superar os desafios, categoria eletricitária estará em perigo.

PALAVRA DO STIU-DF

Ou nos mobilizamos, ou nos deixarão imobilizados



Nós, trabalhadores e trabalhadoras do setor elétrico, estivemos sob forte pressão em 2015. Fomos submetidos a conviver com ameaças de privatização e aumento da terceirização. As pressões vieram de muitos lados e os dirigentes sindicais e suas entidades, entre elas o STIU-DF, tiveram que atuar em muitas frentes para conter o grande interesse empresarial no mercado de energia no Brasil.

O polêmico projeto que abre caminho para ampliar indiscriminadamente a terceirização em todas as áreas do setor público no Brasil foi aprovado pela Câmara dos Deputados em abril. Apresentado em 2010 pelo então deputado empresário Sandro Mabel (PR-GO), sindicatos e centrais sindicais se mobilizavam

a cada tentativa de aprovação do PLC 4.330. Por cinco anos, a estratégia deu certo. Mas com o apoio das atuantes bancadas ruralista e empresarial, o controverso Eduardo Cunha (PMDB-RJ) conseguiu aprovar o texto. Desde abril, o projeto se encontra no Senado.

Em maio, a categoria elétrica foi novamente surpreendida. O governo federal incluiu a Celg, empresa de distribuição de energia em Goiás, no Plano Nacional de Desestatização (PND). Desde então, dirigentes sindicais de vários estados estão fazendo seminários, protestos e passeatas a fim de conscientizar a categoria e a população sobre os males da privatização: demissões, contratação de mão de obra menos qualificada, má qualidade na prestação do serviço e aumentos abusivos na tarifa.

Diante das ameaças que não se concretizaram em 2015, os ataques continuarão em 2016.

Em agosto, o senador José Serra (PSDB-SP) apresentou o PLS 555/15, que visa privatizar todas as empresas públicas no Brasil. Um cenário como esse, de

privatização total, seria terrível para a classe trabalhadora e para a população.

Em no apagar das luzes de 2015, a Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas da Eletrobras aprovou a privatização da Celg. A batalha só não foi toda perdida porque a forte mobilização da classe trabalhadora conseguiu retirar de pauta a privatização das distribuidoras federalizadas do AM, AC, RO, RR, AL e PI.

Em Brasília, em outras duas grandes mobilizações, a primeira em junho e a outra em novembro, os trabalhadores da CEB derrotaram o GDF, que queria vender ações da empresa. Nas duas vezes, o governador Rodrigo Rollemberg (PSB) teve que recuar.

Diante das ameaças de privatização e terceirização que não se concretizaram em 2015, governos federal e estaduais continuarão atacando o setor elétrico em 2016. Para os trabalhadores, não há outro caminho. A mobilização é a única saída. Ou todos se unem em uma grande frente de resistência, ou os nossos empregos e a qualidade do serviço estarão ameaçados.

Boa leitura!

Categoria elege a nova diretoria do STIU-DF



No mês de maio, os trabalhadores e trabalhadoras filiados ao STIU-DF elegeram a chapa União e Resistência para representar a categoria no triênio 2015/2018. A direção composta por 36 membros trouxe experiência e renovação. Do total, um terço dos eleitos está participando pela primeira vez da entidade. Destaca-se também o aumento da participação feminina no quadro de dirigentes sindicais. Na cerimônia de posse, realizada em junho, os dirigentes sindicais se comprometeram a continuar a luta pela ampliação e manutenção das conquistas da categoria elétrica.

Delegados e delegadas sindicais são eleitos



A categoria elétrica elegeu, em setembro, os Delegados e Delegadas Sindicais, que junto com a Diretoria e Conselho Fiscal formam o Plenário do Sistema Diretivo da Entidade. O Plenário tem o importante papel de discutir as diretrizes políticas do Sindicato. Foram eleitos 22 candidatos, conforme quantidade de vagas por local de serviço. Na solenidade de posse destacou-se que diante do cenário do setor elétrico é fundamental o comprometimento dos eleitos com a luta, com a organização e mobilização da categoria.

Dirigentes do STIU-DF são eleitos para a primeira direção da CNU



Durante a realização do 20º Congresso da Federação Nacional dos Urbanitários, no mês de agosto, os delegados e delegadas elegeram a primeira direção

da Confederação Nacional dos Urbanitários.

A construção da Confederação tem como objetivo a reorganização do modelo estrutural dos sindicatos.

tos. Além de fortalecer as demais entidades sindicais na busca por melhores acordos trabalhistas, na luta contra o desmonte e privatização das empresas do setor elétrico e saneamento.

Os representantes do STIU-DF eleitos para compor a direção da CNU são: Fabiola Latino Antezana, pela Secretaria de Energia, Jeová Oliveira, como suplente pela diretoria executiva e David Oliveira, membro do Conselho Político da CNU pela Federação Centro-Norte.

Sindicalistas e trabalhadores contra a terceirização



Em setembro, centenas de trabalhadores e sindicalistas lotaram o plenário da Câmara Legislativa em audiência pública para debater o PL que regulamenta a terceirização e precariza as relações de trabalho (PLC 30). Na audiência, a CUT e outras centrais sindicais entregaram ao relator do projeto, Paulo Paim (PT-RS), proposta de texto como substitutivo ao PLC 30, que tem como objetivo reduzir as diferenças entre os trabalhadores terceirizados e efetivos. O senador disse que o relatório final será fundamentado com base na proposta feita pelas centrais sindicais.

EXPEDIENTE

STIU - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Distrito Federal

Sede: SCS - Quadra 6 - Bloco A - Edifício Arnaldo Vilares - 7º andar - CEP: 70324-900

Jornalista Responsável: Henrique Teixeira
Equipe: Roberta Quintino, Vera Fogaça e Hanri Benício.

Fotos: Assessoria de Comunicação do STIU-DF

Arte de Capa: Eduardo Pinto

Editoração Eletrônica: Hanri Benício.

Tiragem: 3.500 exemplares

Contato: comunicacao@stiu.org.br

 (61)3226-7036

 (61)3226-5752

 **sindicato**
[@urbanitariosdf.org.br](http://www.urbanitariosdf.org.br)

Diretoria Colegiada: Alairton Gomes de Farias, Aline Rodrigues de Oliveira, André Luis dos Santos, Arthur Emilio Oliveira Caetano, Carlos Roberto Carvalho Campos, Carlos Yassuo Sudo, Cleiton Moreira de Faria, David Gomes de Oliveira Santos, Edgar Mendes Oliveira, Edy Carlos Dalóco, Elve Lucas Barbosa Cubas, Elvídio Cândido de Sousa Filho, Ermane Lima Alencar, Fabiola Latino Antezana, Flávio Henrique Gadbem Figueirôa, Francisco de Assis Moura dos Santos, Germiniano Lustosa Neto, Givaldo Romão da Silva, Hadriel Costa Miranda, Íkaro Chaves Barreto de Sousa, Josafá Oliveira Guimarães, José Daldegan Júnior, José Edmilson da Silva, Maria Luísa Nunes da Cunha, Maria Teresa Cortes Bona, Marizete das Dores Sousa, Roberto Lucena, Sidney Lucena Araújo, Victor Frota da Silva, Wandyr de Oliveira Ferreira.

Conselho Fiscal: Antônio Maria Claret Pires, Cleriston Machado Meira, Fernando Luiz Pereira Kamiguchi, Jaime Soares da Luz, Pascoal Pereira Andrade e Rivaldo Gomes de Alcantara.

SEJA AMIGO(A) DO SINDICATO NAS REDES SOCIAIS



[@urbanitariosdf](http://twitter.com/urbanitariosdf)



<http://www.facebook.com/sindicato.urbanitarios>

Luta conjunta da classe trabalhadora contra privatizações

Urbanitários criam Federação para fortalecer a luta contra privatizações



No início de dezembro, a categoria eletricitária do DF, GO, MT, MS e TO formalizaram a criação da Federação Interestadual dos Trabalhadores Urbanitários. A entidade, que não terá nenhum custo adicional para os trabalhadores e trabalhadoras, nasce num momento de luta muito importante. Inicialmente, o seu principal objetivo é fazer frente às privatizações no setor elétrico.

Empresas públicas em Brasília também sofreram ameaças



As empresas públicas em Brasília também estiveram ameaçadas de entrar na privatização. O GDF, por duas vezes, tentou vender ações da CEB, BRB, Caesb, entre outras empresas. Nas duas tentativas, a classe trabalhadora se mobilizou e pressionou os deputados distritais para que não aprovassem os projetos de lei do governo. Com intensa mobilização nas galerias da Câmara Legislativa, a primeira vez em junho e depois em novembro, as categorias conseguiram frear a vontade do governador RoleMBERG (PSB) de vender o patrimônio público brasileiro.

Se privatizar, vai piorar



Categoria protesta contra privatização da Celg



Ao longo do ano, os trabalhadores e trabalhadoras do setor elétrico realizaram inúmeros protestos contra a iniciativa de privatizar sete distribuidoras de energia do grupo Eletrobras, especialmente a de Goiás. E no apagar das luzes de 2015, os acionistas da Eletrobras fizeram Assembleia Extraordinária para privatizar as empresas. Em grande ato contra a privatização, em frente à sede da Eletrobras em Brasília, no final de dezembro, a categoria eletricitária de vários estados com o apoio de inúmeros movimentos sociais conseguiu retirar de pauta a venda das empresas de distribuição no AM, AC, RO, RR, PI e AL. Mas a distribuidora de Goiás, a Celg, recebeu autorização para ser vendida e o governo Dilma foi duramente criticado.

Privatização total



Durante todo o ano de 2015, a categoria eletricitária também ficou muito atenta ao PL 555/15, do senador José Serra (PSDB-SP), que visa privatizar em nível federal, estadual e municipal todas as empresas públicas no Brasil. Em novembro, representantes de movimentos sociais e sindicais participaram de debate no Senado Federal sobre a proposta. Se for aprovado, cerca de 120 estatais em todo o País podem ser privatizadas, segundo levantamento. Entre elas, a Petrobras, Caixa Econômica Federal e Eletrobras.

Durante ato realizado em Goiânia, em resposta à inclusão da Celg no Programa Nacional de Desestatização (PND), foi lançado no mês de julho pelo Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE) o "Movimento Nacional em Defesa do Sistema Elétrico Brasileiro". Representantes sindicais de 17 estados e mo-

vimentos sociais participaram. Homens e mulheres do campo e da cidade se reuniram no final da atividade para abraçar simbolicamente a empresa, como demonstração da unidade na luta em defesa do patrimônio público, da luta pelo acesso à energia e pela soberania energética brasileira.

Manifesto contra a privatização

Logo após a decisão da privatização da Celg, dezenas de entidades sindicais assinaram Manifesto de repúdio contra a decisão do governo Dilma. No documento, sindicalistas se mostram bastante preocupados com possíveis demissões, aumento da conta de luz, precarização do trabalho com terceirização desenfreada e redução da qualidade do serviço prestado à população.

Demanda maior por energia atia privatização

De olho no crescimento do consumo de energia no mercado cativo, o empresário está muito interessado no setor de distribuição de energia do Brasil. No primeiro semestre de 2015, enquanto a economia brasileira retraiu 1,2%, o consumo de energia aumentou 2,3%.



Fonte: IBGE e IPEA.
Nota: (*) Pós 2014 o dado não é consolidado com 12 meses de período.

PLR Eletronorte e Furnas

No mês de junho, entre paralisações e uma greve de três semanas, os trabalhadores e trabalhadoras da Eletronorte e Furnas Brasília e Serra da Mesa conseguiram avançar com a proposta para pagamento da Participação nos Lucros e Resultados (PLR). De início foi apresentada pela empresa uma proposta de apenas 0,7 da folha. Por isso foi necessário um poder de mobilização, articulação política e unidade muito grande da categoria, para convencer o governo e a direção da Eletrobras que era preciso avançar.

Os eletricitários conquistaram o pagamento da PLR para todos os trabalhadores das empresas do Sistema Eletrobras, a retirada do Sistema de Gestão de Desempenho (SGD) da proposta, o retorno da folha referência de dezembro, a garantia de um período de transição de PLR futuras, garantindo uma folha pelo resultado operacional de cada empresa. Além disso, definiram a criação de Comissão Paritária para fixação dos critérios de pagamento da PLR dos anos de 2015 a 2018. A Comissão discutiu em julho, as diretrizes do CMDE para o pagamento da PLR.



Em Furnas, categoria rejeita proposta apresentada pela empre-



Sem avanços, categoria da Eletronorte aprova movimento grevista



Audiência de conciliação no TST sobre o pagamento da PLR

Com a rejeição da proposta em algumas bases do Sistema Eletrobras, a empresa recorreu ao Tribunal Superior do Trabalho para

conciliação sobre a PLR. No TST, o Ministro Ives Gandra estabeleceu que o pagamento da PLR não poderia estar vinculado integral-

mente à lucratividade da empresa, uma vez que se trata também de participação nos resultados. Definiu ainda que, a PLR não

pode ser paga de forma linear ou sem fixação de critérios justos que contemplem o desempenho dos trabalhadores e das empresas.

18 dias de greve

As trabalhadoras e trabalhadores da CEB, diante da tentativa da direção da empresa em retroceder com retirada de direitos e benefícios, deliberaram, em novembro, pela aprovação da greve por tempo indeterminado. Após 18 dias com as atividades suspensas, a categoria aprovou em assembleia a 4ª proposta apresentada pela Companhia.

Desde o início da negociação do Acordo Coletivo de Trabalho, a empresa veio travando as negociações com o discurso da péssima situação econômico-financeira da CEB. O STIU-DF foi atrás de alternativas. Buscou a colaboração de parlamentares e do Ministério Público do Trabalho. Dessa forma foi possível avançar e garantir a manutenção do ACT.

CAMPANHA SALARIAL CEB



Abertura da negociação da pauta de reivindicações dos trabalhadores e trabalhadoras da CEB, no dia primeiro de outubro. A direção da empresa, neste mesmo dia, apresentou contraproposta de ACT que pretendia retroceder e retirar conquistas históricas da categoria.



Em assembleia, eletricitários da CEB aprovam proposta de ACT. Apesar da inflexibilidade da direção da empresa, a categoria conquistou o acréscimo de R\$ 350,00 para todos os trabalhadores e abono de R\$1.955,36 por meio de dois talonários de tiquete. Garantiu, ainda, a manutenção da cláusula que trata da Participação nos Lucros e Resultados nos termos do ACT 2013/2015, bem como, o compromisso da CEB em negociar na próxima Data-Base, eventuais perdas em relação ao INPC.

Campanha Nacional dos Eletricitários

O processo de construção do ACT 2015/2016 das empresas do Sistema Eletrobras trouxe o peso e o desgaste da longa negociação da PLR 2014, na qual foi reconhecido o esforço da categoria nos resultados operacionais. Em contraposição, empresas e governo insistiam em condicionar a PLR somente aos dividendos distribuídos.

Assim, a negociação do ACT da categoria foi até o mês de setembro, algo inédito. Devido ao impasse, os trabalhadores deram início a uma forte greve por tempo indeterminado.

De forma intransigente, o grupo Eletrobras conseguiu a instauração de uma audiência de mediação no TST, com o vice-presidente do tribunal, Ives Gandra Filho. Com habilidade, o CNE conseguiu convencer o juiz de que as empresas apresentavam dados inconsistentes de sua saúde financeira. Como resultado, apesar da não aplicação do ganho real, a categoria obteve mais do que a empresa esperava conceder naquela ocasião.

Os resultados da negociação de 2015 foram fruto do nível de mobilização da categoria, em meio a um cenário desfavorável em vários sentidos, economicamente e politicamente.



Audiência de mediação no TST realizada no dia 31 de agosto que pôs fim a negociação do ACT dos trabalhadores e

trabalhadoras da Eletronorte, Furnas e Eletrobras. O acordo firmado garantiu a categoria reajuste de 8,17% sobre salá-

rios e benefícios retroativos ao mês de maio, aumento do tíquete de 25 para 29 unidades, totalizando R\$ 1 mil ao mês,

dois talões suplementares de tíquete alimentação e vigência do termo de ACT para 12 meses.



Categoria da Eletronorte aprova em assembleia, no dia 2 de setembro, a proposta de ACT consolidada no TST.



A categoria eletricitária de Furnas deliberou pela aprovação do acordo no dia 3 de setembro.

CAMPANHA SALARIAL ONS



Em assembleia realizada no dia 30 de setembro, os trabalhadores e trabalhadoras do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) aprovaram a proposta

da empresa referente ao ACT 2015/2016. A categoria conquistou o reajuste nos salários no percentual de 9,53%, correção do auxílio alimentação/re-

feição em 10%. Além de garantir a Performance Organizacional de 2016, a ser paga em 2017. As demais cláusulas econômicas foram renovadas.

Renovação da concessão da CEB

Em dezembro, foi assinada a renovação da concessão da CEB, vencida desde julho de 2015. O novo contrato vale por mais 30 anos desde que as metas anuais estabelecidas sejam atendidas. A renovação da concessão foi bandeira de luta do STIU-DF e da categoria porque a assinatura do contrato era a garantia de que os trabalhadores e trabalhadoras teriam a permanência no emprego, a manutenção do ACT, da PLR, entre outros benefícios. Se a concessão fosse leiloada, nada disso estaria garantido. Com a assinatura do contrato, a empresa tem o prazo máximo de cinco anos para adequar os serviços prestados à população aos novos padrões de qualidade definidos pela Aneel.

STIU-DF comemora decisão do TCU sobre renovação das concessões



Os dirigentes sindicais do STIU-DF comemoraram em setembro a decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) de autorizar o Ministério de Minas e Energia (MME) a renovar as concessões das 39 distribuidoras de energia que estavam com as concessões vencidas desde o dia 7 de julho. Por 7 votos a 1, a maioria dos ministros acompanhou o voto do ministro José Múcio.

PL de recapitalização da CEB foi aprovado



Após grande mobilização da categoria, os deputados distritais aprovaram, em dezembro, o PL 809/15 que autoriza a venda de participações acionárias das empresas de gás e geração da CEB. O STIU-DF foi favorável porque sempre foi contra a decisão de priorizar investimentos em geração e reduzir recursos na distribuição, principal negócio da CEB. Isso é sentido até hoje pela população e pela categoria. Por conta desse mau negócio, hoje a CEB arca só com o pagamento de juros R\$ 100 milhões por ano. Vamos cobrar a aplicação integral desses recursos em novos investimentos na CEB/D e na amortização da dívida da empresa.

Prevenção de Acidentes na CEB



Os eletricitários e eletricitárias da CEB, com o apoio do STIU-DF, participaram, em setembro, da Semana Interna de

Prevenção de Acidentes (Sipat). A atividade teve como objetivo informar e conscientizar os trabalhadores sobre a importância da utilização dos equipamentos de proteção individuais e coletivos, priorizando a integridade física dos profissionais, mesmo diante de contratempos e emergências. Além das palestras, os profissionais

da Companhia tiveram a oportunidade de mostrar suas habilidades artísticas. Na ocasião, o educador popular, Emilio Genari, destacou que os trabalhadores do setor elétrico todos os dias vão de encontro ao risco. "Os eletricitários exercem funções arriscadas e quando você abre mão de um item de segurança é como abrir a janela para o acidente", disse.

Juventude mobilizada em defesa de um mundo melhor



No mês de novembro, cerca de 400 jovens do campo e da cidade se reuniram durante três dias no Instituto Federal de Brasília (IFB), em Planaltina, para discutir o cenário da crise política e

econômica. Debateram, ainda, a construção de um projeto de sociedade mais justo e igualitário.

Na abertura, o dirigente sindical do STIU-DF, Victor Frota, defendeu a união e mobilização

dos vários movimentos, do campo e da cidade, em defesa de um projeto democrático que atenda aos anseios da classe trabalhadora, dos estudantes e das minorias.

Representantes do STIU-DF no Congresso da Anapar



Dirigentes sindicais do STIU-DF participaram do XVI Congresso Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão

da Anapar, realizado no mês de maio. Durante o evento, os participantes discutiram sobre a perspectiva da previdência

no Brasil, assim como as ações necessárias para o crescimento da previdência complementar no País.

Primeira reunião do Fórum dos Conselheiros de Administração Eleitos



Conselheiros e conselheiras de Administração de várias empresas estatais federais que foram eleitos pelos trabalhadores e trabalhadoras partici-

param em agosto, no Rio de Janeiro, do 1º Encontro de Conselheiros Eleitos. Durante a reunião foi criado o Fórum dos Conselheiros de Administração

Eleitos. O objetivo é estabelecer um canal de diálogo direto entre as categorias para defender as empresas estatais como públicas.

Privatizar não é a solução, defendem sindicalistas em encontro com Dilma



Dirigentes sindicais de várias entidades, inclusive do STIU-DF, e movimentos sociais se reuniram em agosto com a presidente Dilma Rousseff,

no Palácio do Planalto. O objetivo da reunião foi levar as pautas de reivindicações dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e das cidades. A

principal crítica da categoria eletricitária foi a privatização das empresas estatais e o modelo mercantilista do setor elétrico.

Conselheiros de Administração eleitos na luta contra a privatização



Os Conselheiros de Administração representantes dos trabalhadores e trabalhadoras de várias empresas estatais federais se reuniram, em Brasília, em setembro, com a finalidade de trocar experiências quanto à atuação nos diversos conselhos, e buscar apoio para a defesa das empresas públicas estatais, que estão ameaçadas pelo processo de privatização. Entre outras pautas, destacaram a gravidade do PLS 555/2015, que cria a Lei Geral das Estatais e enfraquece a função social das empresas públicas, dificultando a sua atuação e preparando-as para a privatização.

STIU-DF define estratégias de atuação



A diretoria colegiada do STIU-DF se reuniu em setembro para elaborar e definir ações estratégicas. O objetivo principal do encontro foi aprimorar a atuação da entidade sindical para os próximos três anos de mandato (2015-2017), buscando uma maior aproximação e interação com a categoria eletricitária em Brasília, Serra da Mesa e Araraquara. Durante o planejamento, os participantes deram sugestões e também analisaram de forma sistemática a conjuntura política e econômica brasileira e mundial, assim como o impacto da crise financeira nas próximas campanhas salariais.

5ª Marcha das Margaridas reúne milhares na Esplanada

Em agosto, trabalhadoras do campo e da cidade de todas as regiões do País caminharam em um ato pela Esplanada dos Ministérios. O evento consolidou a 5ª edição da Marcha das Margaridas, cujo objetivo é chamar a atenção para a luta por desenvolvimento sustentável com democracia, justiça, au-

tonomia, igualdade de direitos, liberdade e o fim da violência contra a mulher. A Marcha das Margaridas é realizada desde 2000, em homenagem a trabalhadora rural e líder sindical Margarida Alves, assassinada em 1983, por defender os direitos das trabalhadoras e trabalhadores do campo.

